

Superior Tribunal de Justiça

RE no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.371.343 - SP (2013/0070479-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : VALDIR DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : AYRTON MENDES VIANNA E OUTRO(S) - SP110408
THIAGO RAMOS VIANNA - SP279419
RECORRIDO : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
ADVOGADO : VICTOR JOSE PETRAROLI NETO - SP031464
ADVOGADA : ANA RITA DOS REIS PETRAROLI E OUTRO(S) - SP130291

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA JULGADO QUE DETERMINA A DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA AGUARDAR DECISÃO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por VALDIR DA SILVA e MARIA LUCIA LOURENÇO DA SILVA, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 925):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. DECISÃO DE SOBRESTAMENTO. CARÁTER DECISÓRIO. AUSÊNCIA. IRRECORRIBILIDADE. NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS E SOBRESTAMENTO NA ORIGEM.

1. Não cabe agravo interno da decisão que determina a baixa dos autos ao Tribunal de origem para aplicação de entendimento firmado em repercussão geral. Precedentes: AgInt no REsp 1.669.263/PR, Relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 4/5/2018; AgInt no AREsp 1.184.411/SP, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 26/6/2018; e AgInt no AgInt no AREsp 1.094.092/PR, Relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 13/10/2017.

2. Agravo interno não conhecido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 934/940), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa aos artigos 5.º, inciso LV, da Constituição Federal.

Alega que ocorreu negativa de prestação jurisdicional e a violação do princípio da ampla defesa.

Destaca a distinção do caso concreto com a hipótese do Recurso Extraordinário n.º 827.996/PR do Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Pugna, ainda, pela concessão do efeito suspensivo da decisão impugnada até o julgamento deste apelo.

As contrarrazões não foram apresentadas, consoante certidão de fl. 946.

É o relatório.

Extraí-se dos autos que o relator do recurso especial objeto deste apelo extremo, ao constatar a existência de repercussão geral da controvérsia em exame, determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, onde deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local, a depender da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE n. 827.996/DF - Tema 1.011/STF (fl. 895).

Interposto agravo interno, o colegiado não conheceu do recurso em face da irrecorribilidade da decisão proferida.

Daí, o manejo do presente recurso extraordinário, também manifestamente incabível.

Com efeito, o recurso extraordinário requisita que a causa esteja decidida, o que não se verifica quando há mera determinação de sobrestamento do feito a fim de se aguardar a orientação dos Tribunais Superiores acerca a matéria.

Ademais, a admissão do presente recurso subverteria a lógica de julgamento das demandas repetitivas, que prevê expressamente a suspensão do processamento dos processos pendentes que versem sobre a questão.

Por fim, tendo em vista o presente *decisum*, em que não se conhece da insurgência, resta superado o pleito de atribuição de efeito suspensivo.

Ante o exposto, nos termos do artigo 22, § 2º, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** do recurso extraordinário.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Vice-Presidente